

Economia Brasil

Firmeza, rigor e eficácia

A nação brasileira vive hoje um raro momento de sólido consenso. Trabalhadores, profissionais liberais, capitalistas nacionais e estrangeiros, economistas de múltiplas tendências — os cidadãos em sua totalidade, excluídos alguns escassos beneficiários da balbúrdia — querem que as taxas de inflação declinem no mais curto espaço de tempo, da forma mais acentuada possível, sem artimanhas de congelamento, e sabem que, para isso, é necessário promover um imediato e efetivo ajustamento do setor público, em todos os seus níveis: o federal, o estadual e o municipal.

A convicção generalizada de que o equilíbrio das contas públicas é indispensável, e é igualmente possível, obriga os políticos a agir e os autoriza a grandes ousadias, para cumprir aquilo que todos querem.

A confiante acolhida da nomeação do senador Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda foi a mais expressiva demonstração dessa expectativa esperançosa e otimista. Foi também a confirmação do acerto da escolha de um parlamentar para condu-

zir esse processo de saneamento, cujo principal protagonista é a classe política.

Ao preparar-se para a reunião da próxima segunda-feira, o presidente Itamar Franco e seus ministros devem ter em mente a singular oportunidade criada pela situação presente — que o deputado José Serra, líder do PSDB na Câmara dos Deputados e professor de economia, compara às ocasiões perdidas do Plano Cruzado e do Plano Collor I, não pela correção das medidas tomadas mas pela forma construtiva com que a sociedade as recebeu e apoiou.

Agora não houve medidas e ninguém as deseja heróicas ou originais, repletas de truques e invencionices. Todos os mercados, porém, traduziram pelo seu comportamento a confiança de que o poder público, nas suas diversas esferas de competência e territórios de ação, será capaz de agir de acordo com o consenso nacional.

A aposta do mercado no ajuste da econo-

mia transpareceu na queda das transferências de recursos entre os bancos, na diminuição do ágio cambial, no aumento do volume dos negócios com ações, para citar apenas alguns sintomas.

O que os agentes econômicos perceberam, e de certa forma anteciparam, é que a vontade de acabar com a inflação, que desorganiza a nossa economia, é o mais poderoso e unânime desejo da sociedade brasileira, profundamente cansada de ter medo e correr riscos, de não poder trabalhar em sossego e planejar o futuro.

O sofrimento e a experiência serviram para depurar certezas. Não há quem duvide, por exemplo, da necessidade de expurgar o orçamento federal dos seus excessos, de enquadrar os estados e os bancos públicos, de combater a sonegação e revigorar a capacidade de arrecadação tributária, de apressar e ampliar o processo de privatização.

Acima de tudo, estão todos de acordo com a necessidade de que tais providências sejam tomadas com firmeza e rigor, clareza e eficácia, imediatamente apontadas, assinaladas como objetivos primordiais da administração pública, acima das conveniências partidárias e dos interesses de pessoas ou grupos.

É precisamente disso que se trata, com tal plenitude e tal pressa.

Se souber anunciar um programa de metas dessa natureza, de forma direta e simples, o governo Itamar Franco sem dúvida conquistará o decidido apoio da opinião pública e, contando com este, será capaz de iniciar a irreversível reforma do Estado que o Brasil tanto almeja.

O impulso que pode ser dado agora a esse processo tem importância histórica, porque funcionará como principal vetor de influência sobre a revisão constitucional aprazada para o segundo semestre. Essa será a oportunidade de completar a tarefa no plano institucional e finalmente acabar com tantos anos de recessão e falta de rumo.

Vigora hoje no Brasil um nítido consenso sobre essa agenda.